

[illegible]

72  
 E Voz rava q mandamos Gallo de dia  
 magnizava oware o dia omy do  
 qm herbas qualle qm qm qm  
 em sua de foz de ora dia e ruy  
 tudo faze o q e na bo mandamos e  
 e pda na glo de  
 nra q carbaldo e  
 73

[illegible]

# RAIMUNDO DA CUNHA MATOS, UM PORTUGUÊS VIAJANDO PELO SERTÃO DO BRASIL

Rita de Cássia Guimarães Melo<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

## Resumo

Este artigo faz parte de um projeto sobre a ocupação do Sertão brasileiro no século XIX. Discute o papel dos viajantes cientistas e militares na internalização do Império do Brasil, enfocando a vida profissional e a construção intelectual de Raimundo da Cunha Matos, português naturalizado brasileiro, membro fundador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), governador de armas e deputado pela Província de Goiás. Na transição do Reino para o Império do Brasil, ele empreendeu viagens ao *hinterland* do território, oportunidade em que descreveu e localizou fronteiras naturais, fauna e flora, rios, gentes e terras, problemas nas áreas de mineração, destruição da natureza, abandono das regiões auríferas na província de Goiás. Contribuiu para as soluções em face das dificuldades de povoamento, produção e mercantilização do vasto território pouco conhecido.

## Palavras-chave

Viajantes, Império do Brasil, Raimundo da Cunha Matos, Província de Goiás, Sertão.

## Abstract

This paper belongs to a major project on the exploration and colonization of the Brazilian hinterlands, the so-called Sertões in the nineteenth century. The paper focuses on the figure of Raimundo da Cunha Matos, a Portuguese Brazilian Intellectual, Military Officer, Provincial Deputy and Governor of the Goiás Province, founding member of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Matos undertook several travels in the Brazilian hinterlands during the time of the political shifts experienced by the her independence from Portugal. In his travels he took notes and classified the natural borders, unknown rivers, new vegetal and animal species and mining and productive issues in the gold region of Goiás Province, besides its notes on the local people and their culture. His main goal was to propose solutions on how to tackle colonization and production problems and how to develop commercially this huge unknown and underexplored region.

## Keywords

Travelers, Empire of Brazil, Raimundo da Cunha Matos, Province of Goiás, Sertão.

Artigo recebido em: 18.07.2016 | Artigo aceite para publicação em: 02.09.2016



### Raimundo da Cunha Matos, um português em viagem pelo Sertão do Brasil

Mattos (1776–1839), nascido no Faro, região do Algarve, muito cedo sentou praça na Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia. Serviu ao Império luso por dezoito anos na costa da África até alcançar o posto de tenente-coronel, quando “faria o roteiro dos administradores coloniais atravessando o Atlântico”, a fim de continuar a prestar serviços militares ao Império do Brasil. Chegou ao Brasil designado a combater a Revolução Pernambucana de 1817, em cuja província permaneceu durante dois anos organizando e instruindo tropas. A lealdade manteve-se até a precipitação dos eventos que levaram ao rompimento do Brasil com Portugal em 1822.

Cunha Matos manteve-se “colado ao ideal da grande nação portuguesa”, identidade que “seria igualmente repassada como um marco distintivo em seu legado escrito.<sup>2</sup> Porém, soube penetrar no movimento de independência, contrário aos militares portugueses que resistiam em aceitá-lo e lutavam pela restauração da colônia do Império português. Em 1823, foi promovido a brigadeiro e despachado governador das armas para a longínqua província de Goiás, nomeação essa provavelmente motivada pelo acirramento dos conflitos entre portugueses e “brasileiros”, no momento mais tenso pós-independência do Brasil. Entre 1826 a 1833, representou a

província na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, capital do Império. O *roteiro de viagem do Rio de Janeiro ao Pará* e *As memórias da campanha do Sr. D. Pedro de Alcântara, ex-imperador do Brasil no reino de Portugal, com algumas notícias anteriores ao dia do desembarque*, publicadas em 1823 e 1833, respectivamente, foram consideradas por seus contemporâneos “o tratado mais completo e exato” dos acontecimentos entre 1822 e 1824 (Barbosa, 1903: 108). Acompanhando da volta do imperador D. Pedro I e de sua família para Portugal, Cunha Matos deixou registrados os últimos dias da corte entre a saída do Brasil e a chegada a Portugal, em plena revolução constitucionalista na cidade do Porto.

Este estudo alude brevemente a representações do sertão e do sertanejo presentes na *Corografia histórica da Província de Goyaz* (1824), de Raymundo José da Cunha Mattos (1874: 5–150), em Barbosa (1903: 83), Brasil (1924: 177) e Rodrigues (2010: 34), protótipos de narrativas de experiência. Nelas, os autores procuram fixar em linguagem textual os elementos da cultura sertaneja, as características espaçotemporais, registros geográficos e eventos históricos. Após a Independência do Brasil (1822), as viagens etnográficas adquiriram sentido específico e passaram a responder pelos princípios liberais do século XIX – formar a nação, defender a unidade territorial e construir uma identidade nacional –, pilares sobre os quais forjaram uma historiografia legitimadora da nascente nação brasileira.

Com a independência, proclamada em 1822, o território brasileiro manteve-se integrado, apesar das revoltas locais que agitaram os primeiros tempos de nossa autonomia política. Mantinha-se ainda, no entanto, um enorme desconhecimento do verdadeiro tamanho do território brasileiro, de suas riquezas e de sua história. Com o objetivo de dar sustentação ao projeto de construção do novo Estado que se formava, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838. O IHGB tinha, dentre as temáticas pesquisadas, uma dedicada às viagens

<sup>1</sup> Professora pesquisadora da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Doutorado pela Universidade de São Paulo, USP. Pós-doutorado, Centro de Estudos Sociais, CES, Dr. Miguel Cardina (supervisor) Universidade de Coimbra, UC e Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Dr. Marcos Bretas (supervisor).

<sup>2</sup> “Eu sou Europeu tão honrado como o melhor de nascimento em Portugal: sou Brasileiro, e de sentimentos tão puros como o melhor Português nascido no Brasil: não faço distinção entre um, e outro Reino; protesto viver, e morrer por ambos, e também protesto à face do Céu, e da Terra que serei implacável e eterno adversário de todos os adversários do Brasil e de todos os inimigos de Portugal, que quiserem atacar a honra, a dignidade, e os interesses do Brasil Pátria minha cuja sagrada Égide me ampara, cuja substância me alimenta, cujos habitantes me honram, e cujo Governo me encaminha a uma feliz tranquilidade” (Kodama, 2008: 392).



e explorações científicas pelo Brasil, com a finalidade de definir com precisão os contornos físicos do novo País, elencar riquezas e potencialidades naturais, esquadrihando os rios e a topografia das regiões, concentrando-se, sobretudo, nas regiões de fronteira, tendo em vista as integrações econômica e política do novo Estado (Hermann, 2007: 30).<sup>3</sup>

Publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a *Corografia* constituiu um gênero de escrita que “subsidiava” e respondia aos objetivos do instituto desde sua fundação, em 1838, proposta pelo próprio Marechal Cunha Matos.<sup>4</sup>

Logo na introdução, Cunha Matos lamenta as condições de trabalho do intelectual nos países “cultos”, onde não faltavam recursos materiais, documentos, livros orientadores do pensamento e da escrita fundamentada. Dificuldades em nada comparáveis aos obstáculos impostos ao escritor, “que, no centro de vastos desertos; no coração do império do Brasil, carecendo de livros, mapas e informações exatas, se vê de contínuo batalhando com o clima que o ameaça, e com os incômodos que o atenua, sem achar socorros científicos para levar avante os seus desejos, o seu patriotismo, ou pelo menos a curiosidade.

Se dificultosa era a tarefa de escrever a

---

<sup>3</sup> Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, notou, num capítulo, a forte presença, no início do século XIX, de viajantes estrangeiros que vinham fazer negócios, abrir casas comerciais, explorar riquezas, tentar fundar colônias, como Langsdorff, desvendar o país. Muitos deles acabaram por constituir um olhar balizado pela cultura letrada europeia, dita civilizada, a respeito do Brasil, sua natureza e sua gente. Eles circulavam no âmbito da corte, pois muitos eram agentes diplomáticos ou vieram a serviço do Estado (Schiavinato, 2003: 617).

<sup>4</sup> A “ausência do documento” histórico sobre a história do Brasil naquele período explica por que o Instituto publicava tantos relatos de viagens e histórias de vida dos homens considerados importantes para a história pátria. À falta de “testemunhos” sobre o fatos, personagens e lugares desconhecidos, “a fala autorizada dos viajantes” preencheria uma lacuna, tornando tais narrativas história, uma forma de obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia (Schiavinato, 2003: 617).

*Corografia* e a história das nações civilizadas, “(...) muito mais seria a empresa de escrever na província de Goyaz aquele que não viaja; perigosíssima tarefa é a de escrever na mesma província aquele que vai viajando, com intenção de se informar” (Cunha Mattos, 1874). A intenção de Cunha Matos era redigir a *Corografia* na capital da província, onde, segundo ele, contava com “monumentos”, isto é, com registros oficiais até então produzidos sobre a situação geográfica e histórica da província. Mas “a sorte dispôs outra coisa”. Como militar, foi convocado pela Secretaria da Guerra para coibir os focos de insurreição que ocorreriam no Brasil entre os primeiros anos da Independência (1822), até sua morte em 1839.

Da disposição da “sorte” resultou uma escrita que, segundo o autor, nascia da inspeção ocular e da memória, enformadas pelo “conhecimento prático e baseado na experiência” de longos anos de serviços prestados ao Império português. Ao lhe faltarem os “monumentos”, antes de iniciar a viagem leu e anotou os registros dos governadores e ouvidores, os relatórios de comércio, agricultura e administrativos e recorreu ao plagiário comum às narrativas de viagem. Preocupado com a escritura geográfica, não lhe faltaram “fins próprios d’um militar, que podia ver convertido em teatro de operações marciais aquele mesmo território, que como filósofo esquadrihava”. A historiografia brasileira oitocentista nasceu imbricada com a literatura, “subordinada como gênero literário”,<sup>5</sup> de relatos de testemunhos oculares e veio a constituir-se na expressão “história-relato”, “história-testemunho”, característica que “jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica” (Le Goff, 1990: 76).

A literatura de viagens constitui um gênero

---

<sup>5</sup> A *Confederação dos Tamoios*, “epopeia” publicada por Gonçalves de Magalhães em 1857, é bom exemplo disso. “O poema, como sabemos, ficou mais conhecido pela marca que deixou no cânon historiográfico brasileiro do que pelas suas qualidades literárias. (...) esse intelectual, como muitos outros dos Oitocentos, reuniu em sua obra tanto o discurso historiográfico como a imaginação literária, sempre para a maior glória do nascente Estado” (Puntoni, 2003: 633).



literário, uma produção intelectual de relatos que ensejam temas de análise e interpretação histórica no campo das ciências humanas em geral. A produção dos viajantes durante os séculos XIX e XX – escrita e iconográfica – consolidou-se objeto de estudos e debates historiográficos em vertentes e conteúdos diversos, delimitados pelas abordagens teórico-metodológicas das relações entre história e literatura. A expressão “literatura de viagem” data das últimas décadas do século XX e identifica “como literatura autônoma, como subgênero, um espólio literário (e também cartográfico e iconográfico) [...], um *corpus* de textos cujas balizas cronológicas situam-se entre os séculos XV e XIX, cuja natureza é em si compósita e interdisciplinar e cuja actividade é compartilhada pela Antropologia, pela Geografia e pela História” (Berlinck, 2007, 11).

A *Corografia* é uma compilação histórica do período de descobrimento e declínio das minas de ouro (1726–1732) em Goiás. Cunha Matos descreve a província de Goiás, descoberta e povoada “por aventureiros, que só procuravam riquezas [...] ouro, só ouro”, e as ruínas deixadas por eles após o término do ciclo aurífero. Apesar de condenar e registrar o estado ruinoso da província, ocasionado pela dedicação exclusiva à exploração do ouro,<sup>6</sup> Cunha Matos avalia aquele período como o início de um processo civilizatório, uma vez que a província foi povoada inicialmente por “gente rica”, paulistas e mineiros, seguidos por “portugueses toscos, mas industriais”. Como o objetivo dos aventureiros do ouro era “chegar, trabalhar, enriquecer e retornar à pátria”, não se deva o trabalho de construir casas nem de estabelecer vínculos familiares. “As poucas

negras e as índias que existiam eram os únicos objetos de ternura dos aventureiros”, que mantiveram o costume de comprar escravos homens e “quase nunca mulheres [...] raras vezes entrou na província alguma mulher da sua cor”.

Observados sob um mesmo prisma o espaço físico e os habitantes, Cunha Matos credita que somente um “poderoso braço” conseguiria tirar o “povo da apatia em que se conservava”. Ao longo do itinerário relaciona as necessidades da província, construindo o que se denomina “geografia da falta”:

(...) falta restabelecer e restaurar a boa-fé nos comerciantes; falta obrigar os homens ao trabalho da agricultura; falta compeli-los a empregarem-se na navegação; falta dar nova vida às construções de grandes barcas chatas; falta consertar e desobstruir estradas e abrir outras mais direitas e mais cômodas; falta reformar as pontes arruinadas; falta dar prêmio aos maiores exportadores e tirar todos os embaraços aos importadores; falta abolir o direito do quinto, acabar com as alfândegas ou registros internos; repelir os índios ferozes; estabelecer postos militares, fortes sobre os rios e abrir canais (Cunha Mattos, 1874, 195).

A única maneira de a província sair do estado de ruína e pôr-se nos trilhos do “progresso” esbarrava na falta de infraestrutura. Os caminhos ainda existentes remontavam ao século XVIII.

[...] criados sobre as picadas deixadas pelos índios, reaproveitadas pelos pioneiros, quase sempre sob estímulo das autoridades. Outras vezes, e contra a lei, diversas trilhas marginais foram abertas, fosse para encurtar caminhos, abreviar distâncias, fosse para fugir à ação opressora dos Registros e Passagens, que cobravam pesados impostos sobre as mercadorias e metais preciosos que por aí veiculavam. Desde 1733 atuava uma lei que impedia a abertura de estradas justamente para combater o contrabando (Lenharo, 1993: 48).

<sup>6</sup> Em *Caminhos de Goiás*, Chaul considera que o estigma da “decadência” da província atravessou o século XIX até o limiar da “modernidade” no Brasil: “tudo começa com o ouro [...] tudo acaba também com o ouro” [...]. De Silva e Souza (1812) a Cunha Mattos (1823), do Doutor Pohl (1810) a Saint-Hilaire (1816), passando por D’Alincourt (1818), Burchel (1827), Gardner (1836) e Castelnau (1843) e chegando aos historiadores contemporâneos que tratam o período da mineração e da agropecuária em Goiás, além de intelectuais de outras cepas e anônimos da escrita, a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-minerador é unânime (Chaul, 1997: 34).



À falta de comunicação via estradas somava-se o “pouco pendor” dos habitantes para o trabalho efetivo, pois “os braços são poucos e os homens não aproveitam as vantagens da natureza”. O problema demográfico dificultava a ocupação produtiva da terra e gerava o desinteresse da população em produzir excedentes, única forma de criar riquezas e obter receitas fiscais graças à circulação de mercadorias. Um círculo no qual os analistas do período perdiam-se em conjecturas que solucionassem os entraves econômicos em uma província extensa, habitada por quase 150 mil almas espalhadas em um território de 617 mil km<sup>2</sup>, com menos de três habitantes por quilômetro.

Goyaz não tem população para bem povoar uma zona sequer de seu imenso território; não tem hábitos de trabalho constante, pois não vê a retribuição imediata do labor; não sente em si a evolução do progresso; vive vida languida e desanimada e, prostrados sobre minas riquíssimas de ouro, não possui um real de seu (Taunay, 1876: 45).

Segundo Cunha Matos, os homens e mulheres brancos habitantes da província de Goiás descendiam dos primeiros povoadores e constituíam uma casta de “descendentes bastardos”. Temendo serem confundidos com os pretos, os livres e pobres, recusavam-se a trabalhar.

Os homens livres não querem trabalhar para não se parecerem ou para não se confundirem. Lembrados das antigas riquezas de seus maiores, sabendo que eles possuíam e trabalhavam com escravos, e que os homens livres não se ocupavam no duro serviço da mineração, conservam-se em apatia e ociosidade. Há bem poucos homens livres de nascimento, que trabalhem em lavras secas ou nos rios: os escravos, ou algum preto ou pardo liberto, são os que por ventura e, em número mui diminuto, extraem em o pouco metal que ainda aparece; e é tão desgraçada esta gente, que para dar pasto à sua moleza, ou ociosidade, não trabalham enquanto lhe duram algumas oitavas

de ouro que tiram (Cunha Mattos, 1874, 173).

Pelo olhar dos descendentes da bastardia, os homens livres, registra sua impressão num misto de condescendência e reprovação. De passagem por uma vila, encontrou um fundidor de “fenomenal habilidade” que, no entanto, “era um poço de preguiça”. (...) “o povo de Goiás é dotado de grandes talentos para todas as artes: a preguiça, o contentarem-se com o pouco, a lembrança da nobreza e riqueza dos seus maiores, faz que tão extraordinários benefícios da natureza sejam por eles desprezados”.

No itinerário, Cunha Matos extraía dos moradores as memórias dos tempos de “abundância”, bem como registrava seus clamores por melhorias das estradas por onde pudessem comerciar os gêneros produzidos nas roças e fazendas. Sem pejo, considera que os habitantes inventavam tais “pretextos frívolos”, com o objetivo de encobrir a “preguiça” de trabalhar a terra: “contentam-se com a mendicância, com o roubo, com a caça dos bosques, frutos das árvores e raízes da terra”.

Ao ressaltar os prodígios da natureza em detrimento dos meios de trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas, o pensamento de Cunha Matos é consoante aos dos viajantes franceses, alemães e ingleses, que creditavam à terra (natureza) mais valor que aos homens produtores do espaço. Ambição e trabalho, produção e mercado são conceitos balizares para comparar o mundo “civilizado”, o qual acreditavam representar, e o distante sertão.<sup>7</sup>

O olhar do viajante oitocentista, no entanto,

<sup>7</sup> “Destacava-se, nessas expedições, um olhar instrumentalizado e enciclopédico a recortar, classificar, nomear a natureza brasileira, tornando-a específica, irreduzível a si mesma e, ao mesmo tempo, capaz de ser inserida quer numa geografia do mundo, nos quadros e vistas. Esse investimento em dissecar a natureza (re)nomeava suas formas, matizava suas utilidades e acabava por singularizá-la perante as outras conhecidas, sem que isso implicasse a presença de um olhar homogêneo, monolítico ou único” (Schiavinato, 2003: 617).



vai se transformando à medida que as viagens e expedições científicas tornam-se predominantes. A linguagem do poeta romântico Gonçalves Dias nos relatos de viagem pelos rios Amazonas, Madeira e Negro, entre 15 de agosto e 5 de outubro de 1861, deixa de lado o olhar romântico, a narrativa idealista, “a tentação de enobrecer” aquelas paragens, para ser predominantemente descritivo ao ressaltar as “ruínas” e o estado de “abandono” das localidades por onde passava (Süssekind, 1996: 94). A descrição de viagens de poetas e literatos como ele, engenheiros e naturalistas de variados interesses e motivações, passa do registro idealizado para as narrativas “realistas” sem, no entanto, abandonar a “tentação” de enobrecer a natureza e registrar fatos exóticos.

Ao longo dos Oitocentos, a linguagem dessas narrativas caminhou para a materialização; em vez dos floreios literários, das potencialidades dos recursos naturais, centrou-se no cunho científico e institucional das informações colhidas.

Entre o mar e o sertão, entre o mar e a serra, entre o mar e o indígena havia um mundo novo. Este será o capítulo original da história brasileira, o cenário de outra epopeia, sem a projeção poética da outra, ornamentada pelos deuses latinos e pelas letras da Renascença. O mito edênico do selvagem não durara um século; em seu lugar, apareceu o índio feroz, o senhor da terra, traiçoeiro e impiedoso (Faoro, 1994: 181).

O olhar dos viajantes privilegia os recursos da natureza como potenciais objetos de transformação para fins de produção econômica, e os habitantes locais, como objeto de trabalho. Ao realçar os aspectos da decadência do interior do Brasil, os representantes oficiais clamam por intervenção governamental, bem como apontam os métodos adequados à transformação do homem e da natureza em fatores de produção mercantil. Apesar das continuidades sob o viés do exotismo, o viajante é induzido a perscrutar naquelas áreas os possíveis modos de fazê-las produtivas no interior do sistema de capital e na produção

de mercadorias voltadas para os mercados interno e externo. O sertão desconhecido e despovoado torna-se um território onde o “exotismo” das populações nativas ingressa no desenvolvimento econômico, e os habitantes, antes voltados para a liberdade do trabalho ocasional, tornam-se objeto de discursos disciplinadores do tempo e da dedicação ao trabalho regular.

A liberdade romântica imputada ao sertanista, cujas características da mestiçagem<sup>8</sup> fizeram dele um guerreiro de vida seminômade, um aventureiro rebelde, faminto por novos horizontes, transforma-se em obstáculo à civilização (Cunha, 1994: 23). No momento em que escreve, Cunha Matos avalia negativamente a notória mestiçagem do caboclo sertanejo que, por isso, era indolente, avesso ao trabalho e incapaz de servir como representação da nacionalidade. O desejo de intervir naquela realidade enseja registros racionais, segundo os quais a “paisagem amada” é idílica: “e, nesse sentido, o que o colonizador tem diante de si não é mais paisagem, o que ele tem diante de si é a mata ou o sertão bravo – e a ênfase aí vai na expressão bravo, porque o ato realmente dignificante desse indivíduo é o do desbravamento” (Cunha, 1994: 110). Em razão disso, os empreendimentos governamentais e particulares, que visavam desconstruir as áreas sertanejas, passaram a nomear técnicos e engenheiros, a fim de que descrevessem e avaliassem as potencialidades reais e virtuais dos rios, da fauna, da flora e do solo úteis ao plantio regular de alimentos e à criação de gado.

Durante os Oitocentos, os modos de expansão do território em sentido leste foram o mesmo do período colonial. De acordo com

<sup>8</sup> A mestiçagem é considerada pela literatura e pela história uma singularidade do Brasil, distinta em sua materialização da América Latina. É uma representação construída e realimentada por inúmeros estudiosos dos meados do século XIX até os anos de 1950 e constitui um padrão de referência definidor da identidade nacional brasileira iniciado com a primeira geração pós-independência (1822). Os temas raça, identidade e nação são discutidos por Leite (1976), Martins (1976), Iglesias (2000), Skidmore (1976) e Süssekind; Ventura (1984).



a interpretação de Sevcenko, constituiu “uma guerra declarada contra a natureza” (1996: 108). Para os observadores externos, os modos de vida do sertanejo não coadunavam com o ideário de trabalho e de produção de “riqueza”, uma vez que a ambição era considerada “sentimento inato” e propulsor da atividade, do trabalho e, conseqüentemente, da riqueza material. Em meados da centúria, os registros oficiais atinentes às terras ignotas passaram a responsabilizar os sertanejos descendentes dos bandeirantes, dos “entradeiros” intrépidos,<sup>9</sup> pelo perene “atraso” das áreas e regiões do Brasil mais profundo.

Se, no entanto, as potencialidades do mundo natural por si mesmas nada significavam sem a intervenção humana, Cunha Matos dissocia o homem das condições objetivas estruturais. Mesmo ao constatar a existência de um único arado em toda a província, de lavradores que mal “conheciam” a foice e o machado e das raríssimas vezes que tenha encontrado um trabalhador com enxada, nem por isso deixa de considerá-los preguiçosos e responsáveis pela falta de alimentos comerciáveis. Em face da exuberância da natureza e da crença de que “a terra era a melhor possível”, a “preguiça” daquela gente era-lhe “inexplicável” [...]. “As desculpas de faltas de bons terrenos e de compradores é frívola, não merece atenção: em Goiás tudo se vende, tudo se aproveita” [...]. A fim de pôr termo ao quadro deplorável de “estagnação” econômica e “abatimento” moral da província de Goiás, Cunha Matos clama por “gênios empreendedores”, como os emigrantes brancos morigerados, e por um governo de “braço forte”, que poriam fim ao “atraso”, sujeitando os moradores locais ao trabalho diligente e disciplinado.

Nos escritos dos Oitocentos sobram louvores à natureza. A atividade mineradora inculcou nos

habitantes “arraigado preconceito” contra o trabalho pastoril e agrícola, contra o trabalho sistemático, sinônimos de rebaixamento social e perda de status econômico, uma vez que não produzem recompensas imediatas, conduzem a região ao isolamento comercial, uma vez interessados apenas pela agricultura de subsistência. O desinteresse geral pela produção de excedentes incomodava os homens de governo para os quais o “modelo mercantil do desenvolvimento econômico [era] o modelo dominante”. A construção discursiva sobre o trabalhador nacional, os livres pobres e posteriormente os libertos da escravidão, como vadios e preguiçosos, foi motivada também por essa constatação empírica dos narradores do século XIX.<sup>10</sup>

### A construção histórica da decadência

Avisão dos contemporâneos sobre a decadência da região, sobre o declínio da agricultura, constituiu uma impropriedade, uma vez que o termo ou conceito de “decadência” carrega uma carga de subjetividade, [...] “de caráter moral, ou mesmo religioso” [...] “campo de confusão” (Le Goff, 1990: 45). O emprego dele acarreta duas tendências históricas “deletérias”, na medida em que o analista não distingue o termo/conceito como um constructo ideológico dos contemporâneos sobre si mesmos e toma “para si as ideias e mentalidades” do período em que era compreendido o conceito de decadência, isolando-a do “sistema global” e cometendo uma “mutilação da consciência histórica dos homens do passado”. Para Le Goff,

a noção de decadência talvez esteja a serviço de certos tipos de história, hoje profundamente desacreditados: a história política, a história linear ou cíclica, a história catastrófica, e mesmo uma concepção de história

<sup>9</sup> A história da expansão territorial realizada pelos bandeirantes foi escrita por Taunay, “autor da maior obra do movimento expansionista, comparada a raros movimentos de outras partes do mundo: a dimensão de desbravador de territórios desconhecidos. Sua obra mais importante foi, sem dúvida, a *História geral das bandeiras paulistas*, que começou a ser publicada em 1924 e só terminou em 1950” (Abude, 1999: 76).

<sup>10</sup> A constituição de uma concepção transformadora do trabalho como atividade negativa e degradante para uma positividade terá no Brasil um longo percurso em meio ao qual o trabalhador será alvo de discursos realimentados cotidianamente e práticas repressivas, com o objetivo de convencê-lo da necessidade e da dignidade do trabalho (Franco, 1969; Souza, 1982).





que implique uma noção de civilização demasiado vaga e pobre, em relação aos conceitos de “sociedade global” ou “formação história” (Le Goff, 1990: 65).

Mas a incorporação justifica-se pela recorrência dos termos ruína, decadência, insulamento, nas narrativas do Oitocentos, tanto para enunciar a degradação do espaço como para qualificar os moradores. Em 1819, Saint-Hilare registrava o estado de desalento em que se encontrava a província:

Minas de ouro descobertas por alguns homens audazes e empreendedores; uma multidão de aventureiros precipitando-se sobre riquezas anunciadas com a exageração da avidez e da esperança; uma sociedade que ganha hábitos de ordem sob o rigor da disciplina militar e cujos costumes foram se abrandando pela influência de clima abrasador e mole ociosidade; curtos instantes de esplendor e prodigalidade; ruínas e contristador decaimento; tal é em poucas palavras a história da província de Goyaz.

Acrescenta o viajante que o decaimento da província era “mais ou menos a [situação] de todas as regiões auríferas”. Os registros do século XVIII e final do XIX reafirmam incessantemente o estado de “aniquilamento total” da região (Saint-Hilaire, 1975: 15). Na tentativa de caracterizar o estado de ânimo da população, impressões de viajantes registradas nos relatórios dos presidentes da província – “entorpecimento”, “prostração” “decadência”, “população desacorçoada”, convivem com sobejos louvores e promessas de enriquecimento, desde que os recursos naturais fossem devidamente aproveitados por diligentes trabalhadores.

Quem adotou essa categoria explicativa para o atraso da região Norte escolheu não valorizar a produção agrícola voltada para a subsistência praticada por indígenas e homens livres e pobres. À luz de tal conceito, o historiador abstrai o “real” para privilegiar as ausências e descurar o que existe de fato. O desejo dos que pensavam exclusivamente numa produção agrícola direcionada para o

mercado, que detinham o poder de registrar os descontentamentos e as ansiedades do presente no futuro, obscureceu aquela economia de subsistência.

Tal decadência significa produção incompatível com os moldes impostos pela economia de mercado. Imputadas por juízos externos, as categorias decadência e isolamento são referências dos emissários, regularmente externos e opõem-se diametralmente às dos habitantes. Voltados tão somente para o movimento progressivo e linear, aqueles julgavam a decadência como contraponto de civilização e progresso; as populações, por sua vez, viviam determinadas pelo tempo cíclico e pelo ir e vir das chuvas e das secas.

Os aspectos do trabalho agrícola e de criação voltados para a subsistência foram registrados por viajantes dos séculos XVIII e XIX, representantes do Estado – administradores e engenheiros –, cujos julgamentos tendiam a desconsiderar as particularidades da região e dos habitantes. Eram “emissários” oficiais, cujos modos de ver e pensar as práticas de trabalho e de vida não se coadunavam com a “imobilidade” espaçotemporal experimentada pelos habitantes das regiões remotas. Portanto, é à luz de matrizes recortadas das teorias econômicas vigentes no século XIX que é possível compreender os vereditos “pessimistas” acerca dos sertanejos.

### Trabalho e mercado, subsistência e ociosidade

Com o fim da atividade mineradora, criou-se a ideia de um lugar vazio – “no melhor dos casos, o espaço passava por um meio vazio, recipiente indiferente ao conteúdo” (Lefebvre, 2006: 18), preenchido por discursos acerca das faltas, das carências impeditivas do progresso e da civilização, temperados com registros de potencialidades futuras. Sem um produto que a distinguisse das outras “irmãs”, a região permaneceu “isolada” numa angustiante procura de identidade econômica.<sup>11</sup> A falta de

<sup>11</sup> A historiografia produzida sobre a região no período de 1970-1980 está referenciada no pensamento econômico de Roberto Simonsen, que afirma: “somente a economia de exportação é geradora de



um “produto” potencial que a representasse para si mesma e externamente, a exemplo do açúcar, do café e do algodão, alhures, cegou os homens daquele tempo, que transformaram o que existia de atividade produtiva em tábula rasa (Pratt, 1999; Lima, 1999).

A economia de subsistência cumpria a função essencial, “quando não exclusiva”, do sistema de produção, que era “assegurar a subsistência dos indivíduos que compõem uma comunidade, coletividade”. O fato de o sistema de produção estar voltado para a subsistência não explica como ele cumpria efetivamente a função de produzir e alimentar homens e mulheres, moradores das vilas e arraiais envolvidos naquele sistema. Como ele funcionava? Os produtos da terra, como a mandioca, por exemplo, requer pouca dedicação e resulta numa fraca relação entre tempo, trabalho e produtividade para além das necessidades tradicionais. Os estudiosos das regiões “remotas” recorrem à economia de subsistência como um exemplo clássico para explicar e justificar a “pobreza” das províncias, quando não responsabilizam os habitantes pela escassez e demais “mazelas” da vida cultural, política e social.

Quase sempre a economia de subsistência é vista como caracterizada por baixa produtividade e rentabilidade; comumente é caracterizada como uma economia de natureza fechada e tendente à autossuficiência. As formas de trabalho nela empregadas tendem a diferenciá-la da economia de exportação: nesta utiliza-se extensivamente o trabalho escravo; naquela é mais comum o emprego de formas não escravistas de trabalho

---

riqueza”. Dessa teoria infere-se “uma atribuição de

não história para o desempenho da economia de subsistência”, de acordo com análise de Lenharo. Celso Furtado foi ainda mais rígido na aplicação do modelo de Simonsen: “Furtado atribui, na crise da mineração, a formação de um encadeamento de etapas – quebra da produção, atrofamento da economia monetária e descapitalização –, que somente estancariam na economia de subsistência, de ‘baixíssima produtividade’. Endossam estas observações a decadência das cidades, a dispersão da população e a involução geral da economia” (Lenharo, 1993: 27).

(Lenharo, 1993: 23 e 26).

Em contrapartida, a concepção de economia de subsistência como fator de “atraso” econômico não se justifica em outras regiões do Brasil. Na região Centro-Sul, a corte foi abastecida pelos gêneros produzidos pela agricultura de subsistência, que

ocupou um espaço vital no crescimento das forças produtivas da região, apoiada na exportação do seu excedente para o consumo da corte. [...] Ao se referir à economia de subsistência em geral, a historiografia sempre a tem relegado a um plano apenas subsidiário da economia de exportação, constituindo, portanto, apenas, um polo complementar à economia de exportação (Lenharo, 1993: 26).

Os registros dos presidentes e engenheiros nomeados pelo governo imperial são representativos dos valores econômicos sociais que presidiram o século XIX. Buscava-se compreender e explicar a realidade histórica de então à luz de princípios e modelos de análise abstratos ou pouco aplicáveis àquela realidade. É bastante elucidativa a sobeja produção de ideias em detrimento de ações efetivas voltadas apara a melhoria da agricultura no Brasil. Iglesias resume essa situação a propósito da criação tardia, em 1860, da pasta da Agricultura, Comercio e Obras Públicas.

[...] o fato é digno de nota: país que tinha na agricultura o fundamento exclusivo de sua riqueza e desenvolvimento, não se preocupava muito com o tema, não atendo sequer repartição encarregada de seus assuntos. Afinal ela é criada, embora tenha funcionamento precário, por falta de técnicos capazes de acioná-la. O país não tinha o gosto pelas novidades, não desenvolvia o ensino ou o estudo de matérias mais técnicas, por seus graves preconceitos contra o trabalho manual, típicos de sociedade fundada na escravidão; para o brasileiro convencional, informado de valores retóricos, estudo era só o de humanidades ou leis, para formar o letrado ou o bacharel, origem de quase toda a vida pública (Iglesias, 1994: 98).



Administradores e viajantes do XIX não viam com bons olhos as regiões onde os modos de produção cujos fins não fossem abastecer o mercado com mercadorias agrícolas e/ou industriais. À agricultura de subsistência praticada pelos moradores associava-se a incapacidade e a falta de iniciativa para explorar o meio natural “abundante”. Nos Oitocentos, os escritos produzidos pelos estudiosos legitimavam suas análises interpretativas sobre as regiões afastadas do centro propulsor das atividades voltadas para o mercado. Em razão disso, a parte Norte da província de Goiás ficou encerrada em si mesma, um centro econômico alhures, que lamentava as distâncias e as consequentes dificuldades de comunicação com o “centro” político-administrativo.

Se o declínio foi associado à economia da província – cuja riqueza era proveniente da produção e arrecadação de impostos –, vale lembrar que o contrabando do gado cavalar era prática corriqueira. As coletorias eram insuficientes para coibir as saídas e entradas de mercadorias, e a grandeza territorial fazia desaparecer os parcos recursos provinciais e os investimentos do governo central. Era um território “difícil de ser policiado, os hábitos e costumes de certas classes, e muito o uso de armas de defesa, tão arraigado desde os primeiros anos” (Alencastre, 1862: 234). Por conseguinte, a força pública nunca era suficiente para dar cabo às contravenções. Os sonegadores e criminosos eram acobertados contra as diligências das instituições e as cadeias eram ponto de fuga de criminosos.

A “integração” da região dependia da construção de estradas, sem as quais a produção e o comércio permaneceriam internalizados, dificultando o povoamento e a integração dos moradores (Lenharo, 1993: 23). Clara demonstração de que dominar o espaço territorial da região foi um processo custoso, que exigiu empenho do Estado para estabelecer e legitimar os dispositivos de coerção fiscal. Historicamente, naquela região, percebe-se a validade da afirmação de que “a instituição do imposto foi o resultado de uma verdadeira guerra interna, feita pelos agentes

do Estado contra a resistência dos súditos, que se descobrem como tais [...] descobrindo-se como pagadores, como contribuintes”.<sup>12</sup> No entanto, os comerciantes resistiam, recusavam-se a reconhecer a legislação que estabelecia o pagamento de taxas e impostos.

O comércio era praticado sem o constrangimento dos impostos cobrados pelas coletorias, cuja estrutura física e de pessoal era insuficiente para impedir a traficância do gado e dos produtos derivados que saíam da província em direção ao Norte.<sup>13</sup> Em relatório de 1862, o presidente José Martins Pereira de Alencastre afirmava ser impossível estancar o “contrabando”, uma vez que as fronteiras abertas da província – limitadas com seis outras vizinhas – exigiam policiamento diuturno, que não contava com recursos materiais e humanos para proceder a tamanha vigilância. Eram recorrentes as solicitações dos administradores da província de Goiás por mais polícia para dar cabo não só do tráfico de produtos, mas também para coibir as invasões de fazendas e arraiais, roubos de gados e assassinatos de autoridades, juizes, delegados.

A traficância entre fronteiras, comum na província de Goiás do século XIX, continuou ao longo do XX. Desde os tempos coloniais, mercadorias saíam da província à revelia do fisco, mesmo quando o governo central era o primeiro interessado em coibir o “tráfico” de diamantes, pedras preciosas, ouro. Posteriormente, a traficância continuou em pequenos bocados, acrescida dos frutos nativos, como coco babaçu, cera de carnaúba e castanhas. Não à toa o “contrabando” foi elevado a “princípio administrativo”, visto que a sistemática da prática venceu as leis e os regulamentos.

---

<sup>12</sup> “Só progressivamente se passa a ver no imposto um tributo necessário às necessidades de um destinatário que transcende a pessoa do rei, isto, esse ‘corpo fictício’ que é o Estado” (Bourdieu, 1996: 95).

<sup>13</sup> O hábito da sonegação vinha dos tempos do tráfico de escravos. “Na década de 1760, por exemplo, os requerentes das sesmarias nunca citavam o número de seus escravos, conforme demonstram as duzentas petições consultadas. O contrabando campeava”. Evitava-se a todo custo o pagamento do “imposto de capitação e os dízimos” (Salles, 1992: 229).



Portanto, o que ressalta é o aspecto moral do conceito de decadência, “a falta de instrução moral e religiosa”, como relata o correspondente de *O Publicador Goyano*, em Jaraguá:

O ouro, a ocasional da fundação de quase todas as nossas povoações, foi também a sua [de Jaraguá]. – Hoje que esse elemento de nossa riqueza, parece desaparecer de nosso solo, Jaraguá que só por ele foi fundada, vive triste, acabrunhada e anêmica, apesar de alimentar em seus pastos umas 30 ou 40 mil reses. Não sei que sorte é esta a de nossas povoações criadas pela ambição do áureo metal – aniquilam-se e morrem desde que ele deixe de ser explorado. Esse aniquilamento de que falo não é somente físico, posso mesmo afirmar que o moral o sobrepuja. *Vive tudo em completa anarquia, em um esfacelamento medonho, capaz de espantar os mais animados*. (*O Publicador Goyano*, 13 set. 1885: 1 – grifo nosso).

Se Cunha Matos tivesse utilizado os “monumentos” para escrever a *Corografia*, o julgamento moral sobre os modos de vida dos habitantes do sertão seria o mesmo. A menção à ociosidade permeia os relatórios dos presidentes de província: “o ócio e a falta de polícia em um país, onde se pode viver sem trabalhar, têm também concorrido para a diminuição da abundância”. Entre anos de “extremada fome”, seguia-se outro de “prodigiosa abundância”. Para o presidente da província, o crescimento da produção ameaçada pela escassez justificava-se graças à aplicação de mais e mais lavradores, “excitados pela carestia do passado”. Quando a fome se anunciava com o fim dos estoques, a população voltava a produzir rapidamente para “trabalhar menos nos anos seguintes”, o que para ele significava que os braços eram “frouxos”, em razão do “ócio permitido pela fertilidade da terra” (Relatório, 1835: 12). No entanto, observa-se no discurso oficial a ponderação dos administradores a respeito dos problemas oriundos da mineração, que a consideravam não mais indicativa da “verdadeira” riqueza de

um país (Relatório, 1886: 10).

### Passado-presente: entre o pessimismo e a euforia

A condenação do passado de economia aurífera tornou-se o conteúdo dos discursos proferidos nas tribunas, onde se ressaltava no presente os prejuízos causados por aventureiros “atraídos unicamente pela mineração”, (...) pelo desinteresse em “estudar as comunicações” e “tampouco [em] fazer a agricultura; edificando, mesmo sem plano, muitas povoações, que até hoje jazem encravadas no interior do país sem vida própria (*O Paiz*, 3 set. 1885: 3). A superação do “atraso” far-se-ia a partir da adoção de mecanismos coercitivos por parte do governo, que coibia a inclinação ao “mister ingrato de mineração”, inclinando os habitantes para o “moralizador empenho do lavramento das terras”. O discurso dos contemporâneos pregava a necessidade de estudos relativos aos modos de aproveitar os rios da região Central. A abertura de vias de escoamento fluvial incentivaria a população da região a valorizar o trabalho agrícola e a ver nele possibilidade de comerciar produtos (Taunay, 1876: 12).

Finda a Guerra do Paraguai (1864–1870), os homens de negócio, associados ao capital estrangeiro, particularmente o inglês, voltaram seus olhos para o interior do Brasil, visando à construção e exploração das “linhas férreas”. Eram muitos os pedidos de subvenções e custeio de “estudos preliminares” em áreas onde detectavam “oportunidades” de investimentos. As contumazes respostas negativas a essas demandas eram justificadas pela falta de verbas. A província de Goiás “andava apertada em suas economias”, sofria de “penúria orçamentária”, sem autonomia institucional alguma para decidir a respeito de investimentos,<sup>14</sup> bem como para

<sup>14</sup> São palavras do visconde do Uruguai: “As nossas Câmaras Municipais são extremamente peadas. Compondo-se a sua receita em geral de alguns magros impostos, cujo produto em alguns lugares mal cobre a despesa com o pessoal indispensável, não podem lançar a menor conta para tal ou qual melhoramento local, nem fazer a mais pequena despesa, ainda mesmo de natureza obrigatória, sem a morosa autorização



solicitar empréstimos e sem poder bancar os pagamentos dos mesmos. Em razão de tal situação, os administradores pouco podiam realizar em prol das comarcas, distritos e termos.

Os jornais da província de Goiás publicavam estudos e relatórios de viajantes,<sup>15</sup> projetos realizados por engenheiros e técnicos, de acordo com os quais se traçavam planos e projetos de aproveitamento dos rios onde eram navegáveis e onde se fazia necessário construir canais, estradas de ferro e portos. Alardeados nos periódicos da região e da corte, esses estudos acabavam sendo esquecidos e substituídos por outros também não executados. Tratava-se de “projetos”, um risco de água naquela realidade, que não passavam de escrituras representativas de desejos futurísticos. Ideações de envergadura que alimentavam os devaneios de “desenvolvimento”, “riqueza” “prosperidade”, desejos realizados e difundidos pela “tecnologia escritural” (Hespanha, 1986: 42).

Tais registros, escritos e difundidos pelos jornais, criavam um efeito de realização, o bastante para alimentar as expectativas de ação, e tornavam-se mais relevantes do que a realidade das análises das condições materiais de produção dos projetos traçados. Seus autores eram movidos pelo desejo de encontrar as potencialidades da região, de vencer os entraves postos pela natureza e pela falta de recursos monetários somados

---

das Assembleias Provinciais, as quais, absorvidas em assuntos maiores, políticos e parlamentares pouco cuidam tais minuciosidades” (Visconde de Uruguai, 1865: 63)

<sup>15</sup> As viagens científicas e administrativas empreendidas através do território brasileiro acentuaram-se a partir de 1808. Nessa centúria havia uma profusão de relatos de viagens publicados em livros e jornais, cartas e panfletos, narrativas, cuja intenção era dar a conhecer ao mundo “civilizado”, o exotismo dos usos e costumes das terras exploradas e de áreas ainda por explorar. Entre os viajantes, Abreu ressalta a proeminência do barão de Eschwege, seguido mais tarde por Agassiz, Hartt e Derbi e Martius, considerando em “plano inferior” as obras de Saint-Hilaire. “Dentre todos avulta por seu espírito genial Carlos Hartt, a quem se deve a primeira Geografia física do Brasil, a inauguração da Arqueologia brasileira, estudos das línguas indígenas” (Abreu, 2003: 34).

à inoperância dos homens de governo. O “efeito” de administração e o “exercício cotidiano do poder”<sup>16</sup> chegavam às comarcas e materializavam o poder do Estado por meio de ofícios publicados em jornais.

Passava-se do pessimismo à euforia na mesma velocidade das publicações periódicas, para em seguida caírem no esquecimento geral. A publicidade dos projetos vinha acompanhada do entusiasmo dos articulistas que referendavam os efeitos da escrita. A propósito de um projeto acerca das potencialidades dos rios Araguaia e Tocantins, o visionário articulista do jornal construiu com palavras a “maior rede de comunicação da América do Sul”, capaz de “rivalizar” e quizá superar as comunicações desenvolvidas na América do Norte, nos vales do Mississipi e Missouri.<sup>17</sup> Poucas eram as ponderações sobre a materialidade do espaço, das tecnologias disponíveis, dos recursos financeiros e humanos que tais projetos requeriam. O desejo de prosperidade obscurecia a realidade econômica e financeira e mostrava o contraste entre empreendimentos e o meio que pretendiam subverter. “Esses contrastes, que levaram à falência homens do porte de um barão de Mauá<sup>18</sup> e casas de comércio do porte de Souto de Souto, situam o choque entre audácia de alguns pioneiros e a resistência de uma estrutura econômica ainda precária, viscerada dos descompassos a que a

<sup>16</sup> Para Hespanha, administração “é uma prática corporizada em coisas”, como o espaço, os equipamentos e processos administrativos, as estruturas humanas da administração, o saber administrativo, a mentalidade administrativa. “Na verdade, a atividade administrativa não se esgota numa série de regulamentos ou numa constelação de cargos, decorrentes da vontade arbitrária do poder” (Hespanha, 1986: 39).

<sup>17</sup> Em 1932, as expectativas continuavam embasadas no mesmo pilar: “resolvido este problema do transporte, virá imediatamente o da colonização. Sem vias de escoamento fácil para a produção é inútil cogitar-se de colonizar qualquer território”. [...] “Goyaz terá um futuro grandioso; mas este depende exclusivamente de se facilitar a circulação do sangue da produção pelas largas artérias dos seus grandes rios” (*Informação Goyana*, 1920: 11).

<sup>18</sup> Irineu Evangelista de Sousa (1813–1889), conhecido como o Barão de Mauá, entrou para a história do Brasil Império como um visionário do capitalismo industrial do século XIX (Cf. Caldeira, 1995 (histórico-biográfico); e Alencastro, 2000 (estudo do comércio e comerciantes)).



levava a herança colonial” (Sodré, 1967: 168).

A história providencialista creditava aos infortúnios estruturais um desígnio irremediável da falta de sorte. Nas palavras de um bispo, a província de “Goiás era composta de uma população pouco favorecida da fortuna”; nem os “melhores desejos” seriam capazes de tirá-la dessa situação. Um homem de formação religiosa, cujo espírito se supõe voltado para o plano do etéreo, mostra-se desacomodado da terra onde não via esperança de melhorias, apesar da abundância da natureza, cujos habitantes eram desacreditados pela falta de iniciativa e dominados pela preguiça.

Em 1875, Visconde de Taunay escreveu em seu relatório que:

Goiás, essa região favorecida, é o centro do Brasil, cuja maior vitalidade e civilização concentram-se, como é sabido, na orla marítima, embora se alargue de dia para dia; Goiás não tem população para bem povoar uma zona sequer de seu imenso território; não tem hábitos de trabalho constante, pois não vê a retribuição imediata do labor; não sente em si a evolução do progresso; vive vida lânguida e desanimada e, prostrado sobre minas riquíssimas de ouro, não possui um real de seu (Taunay, 1876: 56).

A mudança do regime de trabalho em 1889 e a proclamação da República, afirmam os historiadores locais, não modificaram a “situação de crescente isolamento e empobrecimento”. Nota-se na história de Goiás um fundo de continuidade em todos os níveis: “em Goiás, a população rural permaneceu alheia a essas crises”, que somente ressoaram nos “elementos ligados à administração, ao exército, ao clero e a algumas famílias ricas e poderosas, insatisfeitos com a administração”. Mas mesmo esses rompantes circunscritos a grupos pequenos não são considerados significativos, pois não ressoaram numa população majoritariamente analfabeta e alheia às crises nacionais.

A população reside majoritariamente na zona rural. A pecuária extensiva e a agricultura de subsistência foram as atividades que permitiram

aos habitantes sobreviverem apesar do isolamento. Se houve um desequilíbrio social a partir do fim das minas de ouro, consoante à historiografia produzida, compreendê-lo significa buscar seus efeitos sobre a história da região. O que significa descobrir as soluções atinadas para restabelecer o equilíbrio entre o meio físico e formação social do sertanejo (Cf. Candido, 1970: 29).

Desde o início da colonização, a condição periférica do Brasil dificultava a participação nos mercados europeus, que determinavam o produto a ser cultivado. Da mesma forma as condições geopolíticas e as particularidades da região Norte (séculos XVIII–XX, até mais ou menos a década de 1950) permaneceram abertas aos estudiosos interessados no duplo: história regional e totalidade histórica. Para a região é pertinente a observação de Marc Bloch ao chamar a atenção para o campo aberto das estruturas agrárias para o conhecimento da terra e seus habitantes.

A pesquisa sobre a história das regiões “fronteiriças e remotas do século XIX no Brasil apresenta dificuldades estruturais”.<sup>19</sup> A desproporção entre a vastidão territorial e a escassez de homens e mulheres era de somenos importância para a cultura letrada. Em razão disso, as experiências históricas desse período ficaram registradas pelos representantes do Estado que constituíam evidências indiretas do mundo sertanejo. No caso específico da região Norte de Goiás, grande parte dos registros referidos aos Oitocentos foi enviada a Goiânia, quando da fundação do estado do Tocantins, em 1988. Os documentos que permaneceram no recém-fundado estado encontram-se em péssimo estado de conservação, acondicionados em caixas de papelão em lugares inapropriados. Os registros de batizados, casamentos, óbitos, crisma, livros de tombo, livros de contabilidade

<sup>19</sup> O conceito de fronteira é polissêmico, razão pela qual é impossível elencar neste espaço a diversidade de estudos que recorrem a ele. No Brasil, Holanda (1994) e Wegner (2000) apresentam e aprofundam-no; Santos (1993) orienta uma abordagem ampla sobre ele; Velho (1976) compara a fronteira Oeste do Brasil com a “*moving frontier*” de Turner (1921).

e outros permanecem sob a guarda das paróquias locais.

Os registros cartoriais permanecem onde foram produzidos, sem tratamento e sem organização, o que entrava os estudos históricos sobre a administração fundiária, dos negócios de compra e venda de terrenos e de transmissão de bens familiares. Os fóruns das cidades do interior guardam uma quantidade considerável de processos crimes, testamentos e inventários, documentos igualmente sem organização. Manuseá-los foi uma empreitada que demandou mais de ano. A racionalização da memória do século XIX naquela região significa, como bem escreveu Marc Bloch, “negligência” e “paixão pelo sigilo” (1997: 85).

Somada à desorganização dos arquivos, as dificuldades de acesso desanimam os estudiosos do período. Em razão disso são poucos os estudos sobre a região Norte de Goiás do século XIX. A fundação do estado do Tocantins (1988) tornou-se o ato oficial de criação do novo, marco inaugural que vem tematizando os estudos históricos da região. O esquecimento do passado, uma fuga da história, garantiria um discurso modernizante sem as amarras de um passado de atraso e pobreza. O resultado desses anseios reflete-se na carência de estudos transversais, à luz dos realizados sobre a formação das famílias na América portuguesa e no Brasil do século XIX (Bacelar, 2001; Costa I., 1992; Eisenberg, 1987;

Ferreira, 2000; Klein, 1978).

Faltam estudos sobre a ocupação territorial, particularmente sobre a posse de terras e posterior regularização das propriedades – processo iniciado após a Lei de Terras de 1850 (Motta, 1998; 2006; 2006a; 2011), regulamentada em 1854, que dificultou os modos de apropriação da terra. “As exigências para a legalização das posses eram de tal natureza que os pequenos proprietários ficaram automaticamente excluídos dos benefícios da lei”. A complexidade da ordenação jurídica prejudicou aqueles a quem deveria ter beneficiado. “Em 1865 constava que 4/5 do solo estavam nas mãos dos grandes proprietários. O Governo detinha apenas 1/5, e essa quinta parte era constituída de terras afastadas do curso de água, das estradas, do litoral ou dos centros de população e, às vezes, expostas aos ataques dos índios” (Costa E., 2001: 171).

Contudo, a digitalização de uma massa documental impressionante e disponível para consulta *on-line* nas bibliotecas do Brasil e Portugal permite estudos sobre as regiões centrais do país. Aspectos históricos desconhecidos vêm à luz; a historiografia confronta-se com documentos inéditos, que suscitam novos temas e revisões de abordagens tradicionais sobre os habitantes, o meio físico, a economia e a cultura dos homens e mulheres desbravadores do sertão.



## Referências bibliográficas

- ABREU, J. Capistrano (2003). *Ensaio e estudos: crítica e história*, 9. Brasília: Senado Federal.
- ABUDE, Katia Maria (1999). A construção das fronteiras brasileiras: uma tarefa de historiadores. *Anais do XX Simpósio Nacional de História*, Anpuh. Florianópolis.
- ALENCASTRE, José Maria Pereira de (1862). *Relatório do Presidente da província de Goyaz*. Disponível em: <www.esmat.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2015.
- ALENCASTRO, L. F. (2000). *Trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras.
- BACELAR, Carlos de Almeida Prado (2001). *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, século XVII e XIX*. São Paulo: Annablume.
- BARBOSA, Antônio da Cunha (1903). Notícia bibliográfica. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*, 108. Rio de Janeiro.
- BERLINCK, Rosane Andrade (2007). Crônicas e relatos de viagens: fontes para o estudo da história da língua. In MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; GONÇALVES, Maria Filomena. (Orgs.). *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*. Araraquara, SP: FCL-Unesp: Laboratório Editorial / São Paulo: Cultura Acadêmica, 240p. (Série Trilhas Linguísticas, 11).
- BLOCH, Marc (1997). *Apologia da história e o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, Pierre (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação – espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus.
- BRASIL, Americano (1924). Cunha Matos em Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 150. Rio de Janeiro: B. L. Garneir.
- CALDEIRA, J. (1995). *Mauá: o empresário do Império*. Reimp. São Paulo: Cia. das Letras.
- CANDIDO, Antônio (1970). *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad (1997). *Caminhos de Goiás: a construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG.
- COSTA, Emília Viotti (2001). O escravo na grande lavoura. *História Geral da Civilização Brasileira (Reações e transações)*, v. II, t. 6. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COSTA, Iraci del Nero da (1992). *Arraia-miúda*. Um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: SPMF.
- CUNHA MATTOS, Raimundo José da (1874). Corografia histórica da província de Goiás. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: R. L. Garnier/Livreiro-editor.
- CUNHA, Euclides da (1994). *Os sertões*. Brasília: Senado Federal, 23.
- EISENBERG, Peter (1987). As alforrias no século XIX. *Estudos Econômicos*, 17, maio/ago.
- FAORO, Raimundo (1994). *Os donos do poder*. 3.ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Globo.
- FERREIRA, Roberto Guedes (2000). *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)*. Niterói, RJ. (Dissertação de Mestrado) UFF.
- FRANCO, Maria Silvia Carvalho (1969). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB-USP.
- HERMANN, Jacqueline (2007). O cenário de encontro dos povos: a construção do território. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações.
- HESPAHNA, António Manuel (1986). A historiografia jurídico-institucional e a “morte do Estado”. *Anuario de filosofía del derecho*, 3. (Cidade).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1994). *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das letras.





- IGLESIAS, Francisco (1994). A vida política, 1848–1866. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*, v. II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- IGLESIAS, Francisco (2000). *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Belo Horizonte: UFMG.
- INFORMAÇÃO GOYANA (1920): Disponível em: <www.bn.br> (periódicos digitais). Acesso em: 15 set. 2015.
- KLEIN, Herbert (1978). Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados*, 17. Rio de Janeiro.
- KODAMA, Kaori (2008). Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. *Escritos*, 2. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- LE GOFF, Jacques (1990). *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: Unicamp. (Coleção Repertórios)
- LEFEBVRE, Henri (2006). *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (*La production de l'espace*, 4e éd. Paris: Anthropos, 2000). Cidade : Editora.
- LEITE, Dante Moreira (1976). *O caráter nacional brasileiro* [1954], 3. ed. rev. amp. São Paulo: Pioneira.
- LENHARO, Alcir (1993). *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808–1842, 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. (Coleção Biblioteca Carioca, 25)
- LIMA, Nísia Trindade (1999). *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan.
- MARTINS, Wilson (1976). *História da inteligência brasileira*, v. VI e VII. São Paulo: Cultrix.
- MOTTA, Márcia Maria Hertettddea (1998). *Nas fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro. (Coleção Vício de Leitura)
- MOTTA, Márcia Maria Hertettddea (2006). *Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural dos Oitocentos. Lutas & Resistências*, 1. Londrina, Brasil.
- MOTTA, Márcia Maria Hertettddea (2006a). Feliciano e a botica. In LARA, Sílvia H.; MENDONÇA, Joseli M. Nunes (Orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Unicamp.
- MOTTA, Márcia Maria Hertettddea (2011). Fronteiras internas no Brasil do século XIX: um breve comentário. *Vivências. O rural redescoberto: novas perspectivas nos estudos sobre a história do direito à terra no Brasil. ComCiência*. Campinas.
- O PAIZ (1885) 3 set. Disponível em: <www.bn.br> (periódicos digitais). Acesso em: 19 ago. 2014.
- O PUBLICADOR GOYANO, (1885) 13 set. Disponível em: <www.bn.br> (periódicos digitais). Acesso em: 20 ago. 2014.
- PRATT, Mary (1999). *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc.
- PUNTONI, Pedro (2003). O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In JANCÓS, István (Org.). *Estudos históricos*. Brasil: formação do Estado e da nação, 50. São Paulo: Fapesp/Hucitec.
- RELATÓRIO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE GOYAZ (1835). Disponível em: Disponível em: <crl.edu/brazil/provincial. Acesso em: 17 set. 2014.
- RODRIGUES, Neuma Brilhante (2010). *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. (Tese doutorado) UNB.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (1975). *Viagem à Província de Goiás* [1819]. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp.
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira (1992). *Economia e escravidão na Capitania de*



- Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG. (Coleção Documentos Goianos, 24)
- SANTOS, Boaventura de Souza (1993). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*, Revista de Sociologia, 5. São Paulo: USP.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis (2003). Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. In ISTVÁN, Jancsó; NOVAIS, Fernando (Orgs.). *Estudos históricos*. Brasil: formação do estado e da nação, 50. São Paulo: Fapesp/Hucitec.
- SEVCENKO, Nicolau (1996). O *front* brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*, 30. São Paulo, jun./ago.
- SKIDMORE, Thomas E. (1976). *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1967). *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira. (Coleção Retratos do Brasil)
- SOUZA, Laura Mello e (1982). *Os desclassificados do ouro*: pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro: Graal.
- SÜSSEKIND, Flora (1996). Palavras loucas, orelhas moucas: os relatos de viagem dos românticos brasileiros. *Revista USP*, 30, São Paulo, jun./ago.
- SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto (1994). *História e dependência*: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna.
- TAUNAY, Alfredo de Escagnolle (1876). *Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.
- TURNER, Frederick J. (1921). *The frontier in American History*. New York: Holt.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (s/d). *História geral do Brasil*: antes de sua separação e independência de Portugal. 3. ed. integral. São Paulo: Melhoramentos.
- VELHO, Otavio Guilherme (1976). *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difel.
- VISCONDE DE URUGUAI (1865). *Estudos práticos sobre a administração das Províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier. t. II.
- WEGNER, Robert (2000). *A conquista do Oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG.

